

**A IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA CRÍTICA À ESTRATÉGIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) A PARTIR DE MARX, ENGELS E
GRAMSCI**

**LA IDEOLOGIA DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA: UNA CRITICA DE LA ESTRATEGIA
NACIONAL DE EDUCACIÓN FINANCIERA (ENEF) A PARTIR DE MARX, ENGELS Y
GRAMSCI**

**THE IDEOLOGY OF FINANCIAL EDUCATION: A CRITIQUE OF THE NATIONAL
STRATEGY FOR FINANCIAL EDUCATION (ENEF) BASED ON MARX, ENGELS AND
GRAMSCI**

DOI: <http://10.9771/gmed.v18i1.65628>

Pâmella Souza¹

Bruno Gawryszewski²

Resumo: O artigo discute a difusão da educação financeira através da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), identificando-a como um instrumento ideológico do capital num momento de acumulação cuja financeirização foi ampliada. Assim, o texto inicia com uma apresentação das ações da OCDE em torno do tema para destacar a elaboração da ENEF e seus objetivos. Após isso, discute-se a categoria ideologia em Marx, Engels e Gramsci. Feito este apanhado teórico, destaca-se como a educação financeira emerge como uma ideologia posto que colabora para a criação de um consenso em torno de responsabilizar a classe trabalhadora pelo seu próprio endividamento, bem como em naturalizar a financeirização como um estágio do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Ideologia. Financeirização. Marx e Engels. Gramsci.

Resumen: El artículo aborda la difusión de la educación financiera a través de la creación de la Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF) y la identifica como un instrumento ideológico del capital en un momento de acumulación cuya financiarización se ha ampliado. El texto comienza con una presentación de las acciones de la OCDE en la materia para destacar el desarrollo de la ENEF y sus objetivos. A continuación, aborda la categoría de ideología en Marx, Engels y Gramsci. Tras este repaso teórico, se destaca cómo la educación financiera emerge como ideología, ya que contribuye a crear un consenso en torno a responsabilizar a la clase trabajadora de su propio endeudamiento, así como a naturalizar la financiarización como una etapa del capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Educación Financiera. Ideología. Financiarización. Marx y Engels. Gramsci.

Abstract: The article discusses the dissemination of financial education through the creation of the National Strategy for Financial Education (ENEF), identifying it as an ideological instrument of capital in a period of accumulation whose financialization has been expanded. Thus, the text begins with a presentation of the OECD's actions in this field, in order to highlight the evolution of the ENEF and its objectives. It then discusses the category of ideology in Marx, Engels and Gramsci. After this theoretical overview, we highlight how financial education emerges as an ideology, since it contributes to the creation of a consensus around holding the working class responsible for its own indebtedness, as well as naturalizing financialization as a stage of contemporary capitalism.

Keywords: Financial Education. Ideology. Financialization. Marx and Engels. Gramsci.

Introdução

A educação financeira ganhou destaque no cenário mundial a partir dos anos 2000. Com a crescente financeirização da economia, agentes multilaterais - intelectuais coletivos do capital - se empenharam em fomentar estratégias de educação financeira ao redor do globo com o objetivo de promover uma inclusão financeira das pessoas que se encontravam 'desbancarizadas'. Como no atual estágio de acumulação capitalista esses organismos internacionais ganharam destacado papel no desenvolvimento de políticas públicas, esse 'incentivo' e coordenação da criação de estratégias de educação financeira fomentou projetos para o desenvolvimento nacional, especialmente nos países do sul global.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi a agência que teve maior protagonismo na propagação desta temática. Com o argumento de que era “necessário promover uma inclusão financeira” ao redor do mundo, a organização fomentou diversas empreitadas que possibilitaram a consolidação de um movimento internacional de fortalecimento da educação financeira (Saraiva, 2017). Interessante notar que é no bojo das transformações do capitalismo contemporâneo, momento no qual a dinâmica do capital fictício se amplia e a necessidade de bancarização dos indivíduos aumenta, que a criação de um projeto de educação financeira aparece como uma solução da OCDE, em consonância com o desejo das potências nacionais que fazem parte do seu corpo de membros, para orientar os cidadãos a “desfrutarem” das benesses deste novo mundo “financeirizado”. Segundo a própria Organização, a evolução do mercado financeiro e a complexificação de seus produtos tornava imperativo uma orientação financeira para a população (OCDE, 2004).

Assim, sob orientação da OCDE, o Estado brasileiro elaborou uma estratégia para implementar e difundir iniciativas sobre educação financeira em todo país, com ampla participação de instituições públicas e entidades privadas. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi estabelecida por meio do decreto nº 7.397 em 2010 (e atualizada a partir do decreto nº 10.393/2020), com o intuito de mobilizar ações que privilegiam a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país. Além disso, mais recentemente, com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação financeira também se tornou tema contemporâneo transversal desse documento normativo, devendo ser abordada supostamente de forma integrada durante toda a Educação Básica.

Contudo, como aponta Fontes (2019), as políticas públicas no cenário neoliberal e financeirizado, elaboradas em íntima relação com os organismos internacionais, tiveram como objetivo minorar os problemas estruturais do modo de produção capitalista, criando um aparente cenário de consenso, que em nenhum momento reduziu a coerção, mas que possibilitou que as demandas de determinadas frações burguesas fossem privilegiadas. A ENEF parece seguir por este caminho. Afinal, a fração burguesa representante do mercado financeiro conseguiu espaço, neste cenário, para pautar suas ações, especialmente na consolidação e conformação a este modo de sociabilidade financeirizado. Logo, a educação financeira despontou como um instrumento caro ao capital para produzir consenso, fazendo com que cada indivíduo seja responsabilizado pelas complicações decorrentes do próprio sistema capitalista. Não é ao acaso que a

partir da crise financeira de 2007/2008 a OCDE intensificou suas ações para fomentar a educação financeira nos mais diversos países, promovendo conferências que apontavam a educação financeira como possível solução de longo prazo para a crise em curso (OCDE, 2009a).

A abundância de matérias jornalísticas e de "especialistas" destacando a pretensa importância da educação financeira - podemos mencionar algumas a título de exemplo, como "Educação financeira nas escolas ajuda a formar jovens conscientes³", "Como fazer da mesada um instrumento de educação financeira⁴", "A importância da educação financeira para prevenir superendividamento⁵" e "Nath Finanças fala sobre a importância da educação financeira⁶" -, ajudam a cristalizar a noção no senso comum de que ela é indispensável e fundamental para o desenvolvimento de cada pessoa e, conseqüentemente, da sociedade. No entanto, a educação financeira não pode ser analisada fora da lógica de funcionamento do sistema capitalista. Embora seus prepostos defendam que ensinar educação financeira esteja além de ideologias (Almeida, 2023), não podemos nos contentar com a aparência do fenômeno, pois a defesa de sua implementação, baseada em uma pretensa neutralidade, reforça justamente a ideia de que se trata de um aparato ideológico.

Sendo assim, este artigo busca investigar como a educação financeira atua como uma ideologia no capitalismo contemporâneo. Para isso, será investigada, num primeiro momento, a ENEF, por ser a estratégia que aglutina os principais projetos de educação financeira em cursos no Brasil. Através do estudo da educação financeira proposta nesta empreitada, será feita uma discussão da categoria ideologia a partir de Marx, Engels e Gramsci. Por fim, será debatido porque consideramos que a educação financeira tem atuado como um instrumento ideológico do capital. Todo este percurso será feito através do materialismo histórico, pois para construir e analisar criticamente nosso objeto se faz necessário considerar suas determinações e contradições, identificando as leis que influenciam a elaboração e propagação de uma educação financeira.

A ENEF: a educação financeira como solução

Em conformidade com o movimento global liderado pela OCDE, a partir da divulgação da "Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira" (OCDE, 2005), o Brasil começou a traçar estratégias para desenvolver políticas que fomentassem a educação financeira no país. Esse documento seminal da organização defende que os indivíduos devem ser financeiramente educados para garantir não só o bom funcionamento do mercado financeiro, mas de toda a economia. A educação financeira aparece, portanto, como algo indispensável à manutenção do modo de produção capitalista na contemporaneidade. Em síntese, a OCDE alegava que os cidadãos careciam de "conscientização sobre a necessidade de serem financeiramente educados" (OCDE, 2005, online). Assim, o documento recomendava que países membros e não-membros se engajassem com essa iniciativa. Como o Brasil não faz parte do corpo de membros da OCDE, ele se enquadrava neste "convite", em que é tênue a semelhança com uma imposição, uma vez que para manter bom relacionamento com a organização e assim desfrutar de sua relação, foi preciso se adequar às suas exigências.

Deste modo, em 2007, através da Deliberação nº 3 de 31 de maio, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec⁷) - composto por Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - instaurou um grupo de trabalho (GT) para elaborar uma estratégia de educação financeira nacional. Além dos agentes do Coremec, também participaram entidades privadas convidadas, sendo a CVM a responsável pela coordenação do grupo. Em 2009, os esforços deste GT foram concluídos e expostos no Rio de Janeiro em uma conferência internacional, a *OECD-Brazilian International Conference on Financial Education*, coorganizada pela CVM e OCDE, que ocorreu em dezembro deste mesmo ano. Este encontro buscou avançar com a temática na América Latina e contou com o Brasil como grande aliado. Na mesa de abertura, o economista Kenneth Coates, diretor do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA⁸), o qual já havia trabalhado como economista no Fundo Monetário Internacional (FMI) e como diretor executivo do Banco Mundial, discursou sobre os temas e desafios para o desenvolvimento da educação financeira na América Latina. Em sua fala, não deixou dúvidas sobre o interesse das instituições bancárias e financeiras na disseminação da educação financeira. Ao perguntar “Por que um banco central está interessado em educação financeira e econômica?”, admite que a função de educar não é tarefa de um banco central, mas que neste caso ela é muito importante, pois “a estabilidade do sistema financeiro e da moeda pode ser substancialmente melhorada por uma sociedade (financeiramente) educada” (OCDE, 2009b, tradução nossa). Na sequência, alegou que

É evidente que cidadãos educados e informados que tomam decisões econômicas e financeiras sólidas - **e que apoiam a autonomia do banco central** - contribuem para **a estabilidade macroeconômica, que é um pré-requisito para um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento** (OCDE, 2009b, tradução e grifo nosso).

Seguindo a tônica neoliberal, defende a autonomia do banco central e prudência macroeconômica como requisitos necessários para o crescimento e desenvolvimento econômico, demarcando assim qual educação financeira é funcional à manutenção da sociedade do capital num regime de acumulação fictícia.

O responsável por representar o Brasil e expor as medidas que estavam sendo traçadas no país foi José Alexandre Cavalcanti Vasco, da CVM. Em sua fala, destacou que para a construção de uma estratégia nacional de educação financeira era essencial o desenvolvimento de parcerias entre “governo, setor privado e sociedade civil” e que o foco principal deveria ser “crianças e jovens nas escolas” (OCDE, 2009c, tradução nossa). Em consonância com o difundido pela OCDE, e consequentemente pelo Banco Mundial e FMI, Vasco apontou o crescimento do mercado como meta principal da estratégia. Ademais assumiu a inclusão financeira, tão defendida pela agência, como área prioritária, através da ampliação de pessoas no sistema bancário e, principalmente, na aquisição de produtos financeiros. Assim, a conferência selou a cooperação entre Brasil e OCDE, contribuindo para a disseminação da educação financeira em toda América Latina, de forma que a posição estratégica do país na região, inserido na espiral capital-imperialista de maneira subordinada (Fontes, 2010), se mostrou de grande interesse para a OCDE.

Com isso, a Estratégia Nacional de Educação Financeira foi instituída através do decreto nº 7.397 de 2010. Após 10 anos, ela foi atualizada com a criação da Nova ENEF a partir do Decreto Federal nº 10.393 em 9 de junho de 2020, durante a pandemia da COVID-19, mostrando a durabilidade de sua importância. Com este novo decreto, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que era o responsável por coordenar a estratégia, foi substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), instância que agora é responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF.

Durante a implementação da ENEF, uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP⁹), a AEF-Brasil, criada em 2012, com representantes do mercado financeiro (Anbima, B3, CNSeg e Febraban), teve papel preponderante. Conforme explicado no site do Banco Central do Brasil (BACEN, 2013, on-line),

A utilização de uma entidade privada vai ao encontro dos objetivos da ENEF, já que permite o levantamento de fundos de entidades privadas interessadas na promoção da educação financeira da população, permitindo também a transferência de recursos públicos para o custeio dos projetos.

Deste modo, sua atuação foi bem significativa, sendo a representante e articuladora das ações empresariais dentro da estratégia. Vale destacar que atualmente, os processos de privatização são baseados, em larga medida, em contratos entre governos e instituições privadas de educação (associações, agências, institutos), num movimento que tem buscado "submeter a educação pública aos interesses empresariais e quando possível converter a receita do Estado em lucro privado" (Krawczyk; Oliveira, 2021, online). Essa parceria entre a AEF-Brasil e o CONEF contribui para uma reestruturação do espaço público, concedendo ao empresariado espaço significativo na formulação e implementação dessas políticas (Krawczyk; Oliveira, 2021, online).

A ENEF, em si, é apresentada como “uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil” (Brasil, S.D) cujo objetivo é “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.” (Brasil, 2010). Ela é estruturada em dois tipos de Programas: setoriais - os quais são desenvolvidos pelos membros do FBEF - e transversais - que não são exclusivos do FBEF, podendo ser elaborados por “parceiros” da estratégia, desde que de acordo com os princípios da ENEF -, os quais são coordenados de forma centralizada, mas podem ser executados de forma descentralizada. O conceito de educação financeira utilizado pela ENEF é o mesmo utilizado pela OCDE, com pequenas adaptações. Conforme consta no seu Plano Diretor,

a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2017, p. 20).

Nesta adaptação, o objetivo da educação financeira parece ser formar “indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”. No entanto, uma vez que essa estabilidade econômica está condicionada a compreensão e melhor escolha de “produtos financeiros”, fica claro que o que se visa, na verdade, é a estabilidade e crescimento do próprio mercado financeiro (Britto, 2012). Apesar disso, no Plano Diretor está demarcado que, por se tratar de uma proposta pública, “contempla apenas ações de interesse público, ainda que fomentadas pela iniciativa privada”, ressaltando que isso é viável devido ao seu “caráter não comercial” e que, por isso, não se dedica “a recomendar determinados produtos ou serviços financeiros”; desta forma, alegam que se trata de um conteúdo “imparcial e técnico, sem viés ideológico, religioso ou de outra natureza” (Brasil, 2017, p.21). Ao longo deste artigo, buscaremos analisar essa educação financeira proposta de forma mais aprofundada, identificando seu caráter ideológico, ainda que seus defensores neguem este viés.

Em síntese, a ENEF é uma política pública que está em vigor desde 2010 e que é apresentada como um caminho para a promoção da educação financeira em todo país, através de diversas ações - centralizadas ou descentralizadas, desde que estejam de acordo com seus princípios -, pretensamente contribuindo para o fortalecimento da cidadania e, conseqüentemente, para a solidez do mercado financeiro. A estratégia foi desenvolvida a partir das orientações da OCDE que desde a virada do século passado tem destacado a importância da difusão da educação financeira ao redor do mundo. Sendo assim, ela é fruto de discussões internacionais que, mediante as transformações na configuração do sistema capitalista, buscavam dar conta de uma orientação da população para novos comportamentos financeiros que fossem compatíveis com os demandados pelo rearranjo econômico-político que se desenhava. Estes esforços internacionais, em diálogo com as demandas do empresariado local, buscaram mobilizar a noção de que a educação financeira é o caminho para o desenvolvimento na sociedade financeirizada.

Neste sentido, a ENEF tem atuado como uma aglutinadora de ações voltadas para a difusão da educação financeira no Brasil desde sua elaboração. Sua atuação se desenvolveu em intensa parceria com uma organização da sociedade civil. Sua composição conta com agentes da sociedade política e civil, com significativa participação do setor privado, especialmente de instituições financeiras. Conforme explicam seus defensores, a ampliação da oferta de educação financeira no país através da ENEF tem sido possível devido ao "envolvimento de alianças multisetoriais, principalmente dando protagonismo e força ao setor privado" (Forte, 2021, p. 67), evidenciando como a atuação do empresariado e de seus ideólogos tem sido crucial para a estruturação da estratégia. Através da constatação a respeito do discurso hegemônico de que a educação financeira seria capaz de influenciar o comportamento da população, impactando nas suas escolhas de consumo, ela tem mobilizado ações de entidades que buscam desenvolver projetos para sua materialização. Afinal, é importante garantir uma formação da classe trabalhadora que garanta a reprodução do modo de produção vigente. Não é por acaso que a educação financeira desponta como tema de interesse para o capital no momento de ascensão do neoliberalismo e da ampliação da financeirização, e é sobre este aspecto ideológico que nos ateremos a seguir. Porém, como ideologia é um termo polissêmico, consideramos que para pensar a educação financeira e seus aspectos ideológicos é necessário um esforço teórico anterior de definir o que entendemos por ideologia.

Ideologia em Marx e Engels

A categoria ideologia é um tema controverso dentro do campo marxista. De Marx a Lênin, de Lukács a Gramsci, cada um, à sua maneira, buscou se debruçar sobre a temática. Apesar desses esforços, ainda hoje ela não tem uma definição consensual. Porém, é uma categoria essencial para compreender o modo de produção vigente, especialmente as estruturas que buscam cimentar na sociedade a crença de que as relações capitalistas são naturais. Afinal, através dos aparatos ideológicos, a própria classe trabalhadora é impulsionada a reproduzir os condicionantes que sustentam e dão legalidade à sociedade do capital. Como a educação financeira aparece como um desses aparatos, precisamos nos ater, portanto, ao debate em torno da Ideologia.

Não pretendemos - e nem poderíamos - esgotar o assunto. Nossa intenção com essa seção é fundamentar nosso entendimento acerca do conceito, sem fazer uma revisão bibliográfica, pois este não é o objetivo deste trabalho. Para tal, começaremos com uma exposição das considerações de Marx e Engels. Compreendemos que suas elaborações atribuem um sentido crítico à ideologia - ou seja, não a enxergam de forma neutra, como simples conjuntos de ideias e valores que orientam comportamentos coletivos (Konder, 2020) - e, por isso, são relevantes para entendermos este movimento ideológico proporcionado pela educação financeira em curso.

Associa-se a Marx e Engels a concepção de 'falsa consciência' para definir ideologia. A citação mais famosa que sustenta essa associação é de uma carta de Engels a Franz Mehring, enviada em 1893, após a morte de Marx, quando afirma que

A ideologia é um processo que, com efeito, é completado com consciência pelo chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As forças impulsionadoras [Triebkräfte] propriamente ditas que o movem permanecem-lhe desconhecidas; se não, não seria, precisamente, processo ideológico nenhum. Ele [o pensador] imagina, portanto, forças impulsionadoras falsas ou ilusórias (Engels, 1982, online).

Esta abordagem, a princípio mais restrita, não sintetiza todos os textos de Marx e Engels sobre a temática. Na verdade, compreendida em seu contexto, essa carta reflete a preocupação de Engels em contribuir com a instrução de Franz Mehring em um curto período. Tratava-se de um exercício de militância, conforme defende Konder (2020). Nessas situações mais aligeiradas, temas complexos podem ser simplificados. Assim, embora consideremos que em Marx a ideologia possui um caráter 'negativo', não podemos concebê-la de forma simplificada ou unilateral. Ideologia é uma categoria complexa e, a partir da obra de Marx e Engels, podemos perceber que ela tem uma definição mais ampla, que não se restringe apenas à noção da falsa consciência. Ela se relaciona com o *estranhamento*¹⁰ presente na sociedade cindida em classes e em todo momento dialoga com a materialidade das relações sociais.

Um dos principais fios condutores para que Marx elabore reflexões sobre a ideologia é o embate em torno da teoria hegeliana no que tange ao Estado. Hegel atribui ao Estado um caráter formal, apartado dos homens, parecendo não ter relação com eles. Marx (2010a), inconformado com esta análise - uma vez que para ele o Estado é fruto de ações humanas concretas - afirma que a Constituição havia sido feita pelos homens e não o contrário. É da constatação dessa distorção entre criador e criatura que o pensador alemão inicia seu percurso acerca da Ideologia. Ao analisar como o Estado autonomizou-se de um modo que se

tornou estranho ao homem - o qual não consegue mais se reconhecer nele, ainda que o tenha criado -, Marx traça a relação entre estranhamento e ideologia.

Para Marx é a partir de uma situação histórica ensejadora de distorção que se constrói uma teoria distorcida (Konder, 2020). Ou seja, a ideologia tem relação direta com a alienação. É a partir do momento em que os homens não conseguem mais "se realizar no mundo que estão empenhados em dominar" (Konder, 2020, p. 38), após um processo de contínua desunião, que o Estado se torna um corpo estranho que consegue controlar a todos, que se cria o ambiente para as construções ideológicas. Marx chama a atenção para esse aspecto quando indaga "e o que resta ao Estado político em oposição a essa essência? A ilusão de que é determinante, quando de fato, é determinado" (Marx, 2010b, p. 116). A figura do Estado racional que coordena os indivíduos presente na obra de Hegel trataria-se, portanto, de uma construção ideológica, pois mascarava as contradições da sociedade. Contudo, é a atividade concreta dos homens, ainda que em um ambiente estranhado, o que move as ideias. Assim, ainda que algumas instituições pareçam eternas e acima da sociedade, elas não o são, pois todas são fruto da ação humana.

Essa universalidade do conceito de Estado vela a relação do mesmo com a propriedade privada e com a sociedade civil. E aí reside outro ponto importante na reflexão de Marx e Engels acerca da ideologia: a relação entre o universal e o particular. A cisão da sociedade em classes e o constante estranhamento das relações leva os indivíduos a confundirem o que é universal e o que é particular. O embaralhamento desses aspectos é crucial. Na "Ideologia Alemã", Marx e Engels afirmam que

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: **essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos** (Marx; Engels, 2001, p. 50, grifo nosso)

Essa relação turva entre a parte e o todo prejudica o entendimento da totalidade. Assim, o processo de tornar algo particular em universal, como os interesses da classe dominante, é um elemento crucial para formar uma ideologia. Quando Marx discute a religião como produto do Estado e da sociedade, alegando que ela produz uma consciência do mundo invertida, afirma que isso é possível porque tanto o Estado como a sociedade são um mundo invertido (Marx, 2010a, p. 145). É a partir da percepção dessas distorções, da constatação de um estranhamento generalizado que cria o terreno para construções ideológicas, que Marx se debruça sobre os estudos das contradições da sociedade capitalista.

Para os autores, a consciência remete sempre ao ser consciente - "o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção" (Marx; Engels, 2001, p. 11). Assim, a noção de ideologia para Marx não pode ser compreendida no mundo das ideias, pois ela não parte do que os homens dizem ou imaginam de si, mas dos homens em sua atividade real. Somente a partir desse processo de vida real que representam "o desenvolvimento dos reflexos das repercussões ideológicas desse processo vital" (Marx; Engels, 2001, p. 19). Assim, toda "falsa consciência" precisa ser entendida em sua materialidade, nas condições que foram criadas. E quais as condições que permitem o desenvolvimento de aparatos ideológicos cada vez mais robustos?

A ilusão da consciência em respeito à sua própria natureza é decorrente da divisão do trabalho, do momento em que há uma cisão entre trabalho material e intelectual. "A partir desse momento a consciência **pode** de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa **realmente** algo, sem representar algo real" (Marx; Engels, 2001, p. 28, grifos dos autores). É a divisão do trabalho e a propriedade privada que proporcionam a possibilidade de emancipação da consciência, criando distorções ideológicas. Como a atividade humana se torna um poder estranho e o produto de seu trabalho uma força objetiva que o domina, cria-se a possibilidade da elaboração de teorias 'puras', que mistificam as relações humanas. As contradições decorrentes dessas elaborações são fruto, portanto, das contradições das próprias relações sociais com as forças produtivas existentes (Marx; Engels, 2001). Assim, a noção de comunidade se torna ilusória, representada na figura do Estado, ainda que permaneçam laços concretos existentes de agrupamentos menores. Esse Estado, que nasce a partir da divisão das classes, sustenta-se nas ideias da classe dominante, a qual a todo momento busca consolidar sua visão particular como universal. Afinal,

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder **material** dominante numa determinada sociedade é também o poder **espiritual** dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; (...) Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e consequentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos na sua época (Marx; Engels, 2001, pp. 48-9, grifos dos autores).

Constatamos no excerto como a classe dominante se divide e destina alguns para serem ideólogos que devem garantir que os seus interesses sejam o interesse de toda sociedade. Importa que essa visão de mundo se revista de universalidade, sendo considerada como a única forma válida de ler o mundo. Isto ocorre de forma que os próprios pensadores da classe dominante se convencem disso, o que produz conhecimentos reais, em certa medida. Marx se demonstra ciente dessa complexidade¹¹. Para ele, a ideologia não se reduzia a uma construção cínica de determinada classe. Logo, a ideologia, de fato, é uma categoria complexa para o pensador alemão. Ainda que esteja relacionada com a 'falsa consciência', não se deve perder de vista as implicações concretas que a conformam e as nuances que envolvem aqueles que a perpetuam, intencionalmente ou não. Afinal, afirma Marx (2003, online), o indivíduo isolado que adquire "através da tradição e da educação" determinadas "maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas" pode considerar que tais pensamentos "constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta".

No entanto, é na materialidade que conseguimos desvendar as inversões provocadas por representações ideológicas. A ideologia em Marx é um processo que está relacionado com a alienação, tendo em vista as condições contraditórias da sociedade regida pela propriedade privada, com a mistificação de uma realidade que produz - e reproduz - as condições para isso. O autor destacou em sua obra a importância

de se ater a esta problemática, evidenciando como as construções ideológicas mascaram a forma que vemos o mundo. Mas, além disso, ampliou o seu sentido, quando no Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, de 1859, afirmou que

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (...) A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. **Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.** Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. (Marx, 2008, p. 48-50, grifo nosso).

A partir deste trecho, identificamos que a ideologia tem relação com o falseamento da consciência, mas também pode ser o meio sob qual os "os homens adquirem consciência" das contradições da sociedade, podendo, assim, transformar a realidade em que se encontram.

Neste sentido, compreendemos que a ideologia não significa uma ação deliberada da classe dominante para criar ideias falsas e perpetuar sua dominação, produzindo uma 'falsa consciência'. Ao longo desta exposição sobre Marx e Engels, discutimos como a ideologia se relaciona com uma realidade social contraditória, na qual seus ideólogos, muitas vezes, acreditam em suas distorções. Para esses autores, a ideologia possui uma conotação 'negativa'. Trata-se de um entendimento distorcido acerca de uma realidade social que em si já carrega inúmeras distorções. Não é um debate que se encerra - e nem se inicia - no campo das ideias. Por este motivo, é preciso analisar as determinações das relações sociais de produção e reprodução da vida para entender os percursos ideológicos em curso, os quais, em larga medida, permitem a perpetuação do modo de produção vigente.

No entanto, a partir da “Contribuição para a Crítica da Economia Política” podemos constatar que Marx discorre sobre formas ideológicas sob as quais os homens seriam capazes de adquirir consciência. Tal excerto permite a ampliação da caracterização da ideologia. Tanto que inspirou alguns autores marxistas em suas elaborações, levando-os a conceber um caráter 'positivo' para o conceito, em que Gramsci foi um deles.

Ideologia em Gramsci

É provável que Gramsci não tenha lido a “Ideologia Alemã” (Liguori, 2007). O texto de Marx e Engels, escrito originalmente entre 1845 e 1846, só foi publicado na íntegra em 1932. Como foi preso em 1926 e só foi solto em 1937, morrendo logo depois, é razoável considerar que ele não tenha lido o que, nos dias de hoje, é considerado o principal trabalho marxiano sobre ideologia. Deste modo, a partir de outras leituras e vivências, incluindo o prefácio de 1859 destacado anteriormente, Gramsci elaborou uma conceituação de ideologia que possui um caráter 'positivo'¹², mantendo diálogo com Marx.

Para o marxista italiano, as ideologias permitem que os homens tenham ciência dos conflitos de classe presentes na sociedade, conseguindo, a partir disso, combatê-los. Sobre o aparente aspecto ilusório das ideologias, argumenta que, para Marx e Engels, elas dizem respeito a uma realidade objetiva e operante, não uma mera ilusão. "Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias" (Gramsci *apud* Liguori, 2007, p. 82). Gramsci destaca que Marx afirmou de maneira explícita "que os homens tomam consciência das suas tarefas no terreno ideológico, das superestruturas, o que não é pequena afirmação da "realidade"" (Gramsci *apud* Liguori, 2007, pp. 82-3), destacando que a teoria marxiana pretendia justamente que a classe trabalhadora tomasse consciência da sua força, do seu próprio devir. As ideologias da classe dominante precisavam ser combatidas porque estavam em contradição com a realidade efetiva, efetuando domínio sobre as demais classes. Daí depreende-se uma elaboração que enxerga a ideologia também como uma concepção de mundo e não algo estritamente pejorativo.

As ideologias, além de pregarem uma inversão da realidade, também criam a possibilidade para que os indivíduos se inteirem da luta de classes. Isto posto, Gramsci as considera como algo indispensável para a emancipação das classes subalternas. Por este motivo, critica as visões restritas que compreendiam toda ideologia como "pura aparência", inútil e/ou estúpida, por entender que se tratava de uma visão ideológica da própria ideologia (Gramsci, 1975 *apud* Konder, 2020). Para ele, essa compreensão impedia um debate aprofundado e comprometido com a superação das distorções ideológicas, afastando-se, desta maneira, do que estava presente originalmente em Marx e Engels. Em seu entendimento, este erro em torno do conceito decorria justamente da ideia de que a ideologia, por situar-se no campo da superestrutura, não poderia influenciar a estrutura.

A partir de uma leitura mecanicista dos escritos de Marx e Engels, muitos pensadores acreditavam que o caminho era unilateral, da estrutura para a superestrutura. Desta forma, desqualificavam os fenômenos ideológicos, fazendo crer que toda solução política era ideológica, posto que não era suficiente para mudar a estrutura, ainda que acreditasse que poderia mudá-la (Gramsci, 1975 *apud* Konder, 2020). Em embate com essas correntes economicistas que se consolidaram na tradição marxista no início do século XX, Gramsci resgatou a importância do nexo estrutura-superestrutura, enfatizando a visão dialética de Marx sobre essa dupla conceitual, indicando que não há uma unilateralidade direcional entre ambas (Liguori, 2018). A visão dialética gramsciana não propunha uma inversão dessa direção, mas apontava para a relação intrínseca entre ambas, sem pregar maior relevância de uma sobre a outra, e sem perder de vista a importância da estrutura. Para Gramsci (1999, p. 388), na filosofia da práxis, "as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante".

Ao ampliar positivamente a categoria de ideologia, Gramsci considera que nem toda ideologia é negativa e muito menos que todas são iguais¹³. Em sua concepção, existem ideologias contraditórias, que procuram conciliar interesses opostos que não são conciliáveis, e ideologias, como o marxismo, que não mascaram as contradições e nem buscam resolvê-las de forma pacífica, mas tentam superá-las. Por isso, a filosofia da práxis pode ser considerada a "teoria de tais contradições", pois

não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; **é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.** A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição, mesmo quando são “formalmente” dialéticas (como o crocianismo), ou seja, quando desenvolvem uma dialética especulativa e conceitual e não veem a dialética no próprio devir histórico (Gramsci, 1999, p. 388, grifo nosso).

Percebemos que para Gramsci o fato do marxismo não se eximir das contradições do mundo e ter ciência de sua historicidade e de seu caráter não absoluto, ou seja, o reconhecimento de sua parcialidade, faz dele uma ideologia capaz de permitir que a classe subalterna conheça “todas as verdades, inclusive as desagradáveis”, conforme destacado na citação acima. As ideologias, por conseguinte, tem utilidade para determinados grupos sociais - seja a burguesa, para perpetuar sua dominação na sociedade de classes - seja a da filosofia da práxis, para transpor e superar esta dominação. Portanto, “na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: Elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (Gramsci, 1978, p. 62-63). Quando compartilhada pelas massas, a ideologia possui uma força material. Assim, o debate da ideologia no autor necessariamente perpassa na luta em torno da hegemonia.

Gramsci chama a atenção para o fato de que todo grupo social possui sua própria concepção de mundo (Liguori, 2018). O desenvolvimento de uma concepção de mundo envolve todos os seres humanos e, por isso, todos possuem uma ideologia que se relaciona com o contexto que cada um está inserido e, conseqüentemente, com a classe a que se pertence. Como todas as classes possuem ideologia, a luta contra a ideologia dominante pode ocorrer dentro dos próprios aparelhos hegemônicos, através da busca pela construção de uma outra concepção do mundo que vá de encontro ao defendido pelos intelectuais burgueses.

A ideologia em Gramsci é ampliada para todas as classes e suas frações, tornando-se o meio pelo qual os homens adquirem consciência e um instrumento na luta pela hegemonia. A filosofia da práxis é entendida como uma ideologia antagônica à da classe burguesa, sendo a mais capacitada para ler o mundo, uma vez que é ciente de suas limitações e das contradições presentes na sociedade. A relação entre economia, política e cultura é compreendida a partir da dialética, e todas essas camadas, inclusive as construções ideológicas no âmbito da superestrutura, são compreendidas como manifestações reais das relações presentes na sociedade. Deste modo, a ideologia não é vista somente por um prisma 'negativo', posto que se trata de uma concepção de mundo. Porém, ainda que comporte esse aspecto 'positivo', não perde de vista o caráter perverso engendrado pela ideologia da classe burguesa, que mistifica a realidade efetiva, que, como em Marx, não é entendida como mera ilusão da estrutura, mas como um condicionante real da superestrutura que, dialeticamente, garante a manutenção das relações sociais de produção e reprodução da vida.

Consideramos que ao abordar a ideologia, não há uma negação entre a concepção de Marx, Engels e Gramsci. Todos propõem uma visão materialista e dialética para a ideologia, sem fugir das complexidades que a categoria carrega. Enquanto em Marx e Engels predomina um caráter 'negativo', especialmente por conta da obra “A Ideologia Alemã”, em Gramsci temos um aspecto 'positivo' associado à temática, fruto da leitura dos próprios Marx e Engels. Para nós, ambas contribuições nos auxiliam a compreender a ideologia. Tanto a perspectiva da distorção/inversão - compreendida em íntima relação com a realidade material -, como a de visão de mundo. Porém, não podemos perder de vista seu potencial de leitura crítica da realidade. Afinal, pensar a ideologia por um prisma neutro, como simples conjunto de ideias e valores que mobilizam a sociedade, já é uma abordagem ideológica, que reduz seu poder categorial de compreensão e transformação do mundo.

A crítica à ENEF: a educação financeira como ideologia

O desenvolvimento do sistema financeiro é fundamental para compreender as características do momento atual de reprodução do capital. O alargamento deste setor passou a influenciar as decisões de investimento de capital. Ademais, proporcionou a constituição e proliferação de mercadorias financeiras que impactaram toda vida em sociedade através da inclusão crescente de parte expressiva da classe trabalhadora no sistema bancário e nas mais variadas modalidades de créditos e de produtos financeiros (Ribeiro, 2018). Com o aumento da transferência de valor dos países da periferia do capitalismo para os países imperialistas, agravou-se a dinâmica de superexploração da classe trabalhadora (Brettas, 2019). A partir da liberalização financeira, houve uma reconfiguração da luta de classes à medida que o poderio dos bancos e das demais instituições financeiras foi ampliado, se agigantando sobre a população.

Assim, a financeirização das relações sociais inseriu o mundo das finanças no dia-a-dia dos trabalhadores e trabalhadoras. No Brasil, isso ficou ainda mais explícito desde os anos 2000 quando a classe trabalhadora começou a ter acesso de forma mais sistematizada às mercadorias financeiras. O crédito, tão importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, foi expandido extensivamente para os trabalhadores, com a finalidade de transpor os limites de consumo. Isto acarretou um ciclo de endividamento que atinge tanto os países do norte como do sul global, sendo, portanto, um elemento característico do capitalismo contemporâneo, embora com efeitos consideravelmente mais deletérios para a classe trabalhadores das economias dependentes.

A financeirização ao mesmo tempo que fomenta a extração de sobretrabalho mediante o recolhimento de impostos/tributos e, principalmente, da difusão do crédito, impõe uma nova institucionalidade (Fontes, 2010). Faz-se necessário uma intensificação das táticas de convencimento através dos aparelhos privados de hegemonia, operando de modo com que cada cidadão se enxergue como um consumidor, e das ações coercitivas no âmbito econômico que controlam através dos juros e precarizam o trabalho em tantas outras frentes, obrigando a classe trabalhadora a se adaptar a estes imperativos. Assim, a expropriação financeira fortalece o projeto de dominação burguesa (Brettas, 2017), permeando todas as áreas da vida social e criando um cenário do qual parece não ser possível escapar.

Embora a dita inclusão financeira, fomentada por estratégias de educação financeira, seja fruto de uma rearticulação da acumulação de capital, que contou com frações da burguesia e com Estado para inserir toda a população no circuito das finanças, os problemas decorrentes desse percurso - como o endividamento - não são vistos como algo inerente ao processo, fruto das condições degradantes de trabalho atuais, mas, sim, como algo individual. O tomador de crédito, especialmente dos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, é tido como irresponsável quando a dívida sai do controle, ainda que as condições estruturais sob quais ele se encontra o empurrem para isso. É neste cenário que consideramos que a educação financeira emerge como uma ideologia tão importante para a burguesia. Se a coerção econômica inseriu a classe trabalhadora no universo das finanças, a educação financeira atua também no campo do consenso, fazendo com que cada indivíduo seja responsabilizado pelo seu sucesso e/ou insucesso ao lidar com os mecanismos financeiros.

Evidente que quanto mais bem informado estiver o trabalhador sobre os aspectos financeiros em um momento de acumulação capitalista sob a financeirização, melhor. Contudo, o que se observa com a ENEF é que se trata de um processo de difusão de uma pedagogia da hegemonia voltada para a transformação dos indivíduos em consumidores financeiros, que devem performar segundo a cadência do mercado financeiro e se enxergar como os únicos responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Podemos perceber que o estreitamento da relação dos trabalhadores com as instituições financeiras é necessário para que o capital se realize na contemporaneidade. A apropriação do sobretrabalho do proletariado foi ampliada por diversos instrumentos que aumentaram a remuneração do capital. Trata-se de um problema real e sistêmico que se apresenta à classe trabalhadora. Contudo, os problemas decorrentes dessa forma de acumulação, que recaem pesadamente sobre os trabalhadores, são deslocados para o âmbito individual e supostamente ‘solucionados’ através da ideologia da educação financeira. O que interessa aos operadores do capital é desvincular os problemas decorrentes da massificação do crédito e da inclusão da população no sistema bancário e financeiro ao modo de produção vigente. No plano das ideologias, é importante que os indivíduos se conformem com a ideia de que a dívida fora do controle é um problema pessoal, que nada tem a ver com a dinâmica de acumulação capitalista. Enquanto na teoria a educação financeira - compreendida como um tema transversal interdisciplinar, que galgou importante espaço nos debates educacionais da OCDE e que se consolidou como política pública no Brasil através da ENEF - pretende auxiliar as pessoas a compreenderem o mundo das finanças, usufruindo deste da melhor forma, na prática observamos o contrário.

Na ENEF afirma-se que o “bem-estar” coletivo está diretamente relacionado com a vida financeira de cada indivíduo, sendo resultado de uma melhora no desempenho das escolhas financeiras de cada um. Tal construção corrobora com a ideia de que “o funcionamento do mercado e do país dependem das opções individuais” (Saraiva, 2017, pp. 169-170). Trabalhadoras e trabalhadores, em condições precárias de emprego, são responsabilizados de maneira perversa pelas “escolhas” que fazem no mercado financeiro, como podemos ver nos trechos abaixo:

As dificuldades financeiras dos indivíduos não afetam apenas sua família. Suas consequências são negativas também para a sociedade, pela perda do potencial de

desenvolvimento humano, pela sobrecarga das redes de proteção social e pelos efeitos sistêmicos de natureza econômica, que podem ter reflexos para a solidez e a eficiência do sistema financeiro (Brasil, 2017, p. 11).

Na falta dessa sintonia, desequilíbrios de natureza financeira podem ser provocados por decisões individuais de consumo, endividamento e poupança inadequadas, as quais, quando ocorrem em massa, podem afetar a solidez do sistema financeiro e interromper o processo de crescimento econômico (Brasil, 2017, p. 124).

A partir desses excertos, nota-se o ápice desta responsabilização do indivíduo pela boa manutenção da economia, velando a influência de diversos outros fatores nesse processo. No entanto, a utilização em massa do crédito não foi um processo natural, fruto da escolha dos trabalhadores, mas sim um movimento de coerção econômica que empurrou a classe trabalhadora para uma situação na qual o crédito tornou-se uma das poucas formas de viabilizar seu consumo. As redes de proteção social passaram por um processo intenso de financeirização, e não é o "mau uso" do dinheiro por parte dos trabalhadores que "sobrecarrega" esse sistema. Trata-se de um projeto em curso, no qual esta responsabilização é parte integrante dele. Como explicam Ribeiro e Lara (2016, p. 355),

O movimento ideológico da "educação financeira" é expressão de novas formas de estranhamentos e acompanha a expansão da produção, da crise, do consumo e do endividamento, na medida em que desenvolve uma "pedagogia" a serviço da universalização do capital com amplo domínio ideológico sobre todas as esferas da vida social.

A orientação para um consumo "mais inteligente" dos produtos financeiros, entendidos como indispensáveis para o funcionamento da sociedade, assume o papel de conter o risco social da inadimplência ao mesmo tempo que oferta cada vez mais produtos para a população. Como a ideologia está sustentada em bases materiais, a proliferação das dívidas e a constatação de que o dinheiro recebido nunca é suficiente para chegar ao fim do mês procuram incidir que a classe trabalhadora internalize a visão parcial da burguesia acerca do tema, passando a compreender a educação financeira - uma solução individualiza e apartada dos problemas estruturais da sociedade capitalista - como o caminho para contornar essa situação. Importa que cada trabalhador se responsabilize pelas suas ações e gerencie seus gastos, como percebemos no trecho a seguir:

Parcela significativa de responsabilidade pelo futuro pessoal e familiar repousa na qualidade das decisões de consumo e poupança e na escolha das aplicações financeiras. A ampliação da longevidade repercute na composição e na dimensão dos gastos dos indivíduos após a aposentadoria, considerando a preocupação com o bem-estar na terceira idade. (Brasil, 2017, p. 10)

Percebe-se que recai majoritariamente sobre o indivíduo não somente o sucesso ou insucesso de sua vida no presente, mas também futura, de modo que uma boa aposentadoria¹⁴ não é mais função do Estado, mas do cidadão. Dessa forma, no contexto neoliberal, ao mesmo tempo que a burguesia busca enfraquecer os "mecanismos de gerenciamento coletivo do risco (aposentadorias, segurança social, saúde pública etc.), procura instrumentalizar os trabalhadores com um letramento financeiro, supondo que assim possam enfrentar individualmente os riscos e prover suas necessidades" (Arthur, 2012 apud Saraiva, 2017, p. 160). Ou seja, o que interessa aos ideólogos do capital é fazer com que cada trabalhador acredite que basta ser bem-comportado e guardar para o futuro para ter uma vida financeira saudável. Desse modo, o

Estado não precisa mais garantir esses mecanismos citados. Basta que ele atue como conselheiro para a população, instruindo-a ter um "bom comportamento" financeiro.

No mundo financeirizado que vivemos, é inegável que uma formação crítica sobre o mundo das finanças é importante, especialmente porque, de maneira forçosa, a população tem sido inserida nessa espiral financeira. No entanto, a educação financeira proposta pela burguesia causa apenas submissão a este sistema, fazendo com que os rendimentos dos trabalhadores sirvam para alimentar a rentabilidade financeira, contribuindo continuamente para a exploração de sua própria classe. Por este motivo, é um aparato ideológico que, conforme explicado por Marx e Engels, mascara as relações sociais. A educação financeira proposta difunde a concepção da classe burguesa, fazendo parecer que a sociedade financeirizada, pautada na acumulação flexível, é a única forma possível de sociabilidade e, por isso, todos devem se adequar a ela. Contudo, como exposto por Gramsci, as ideologias fazem parte da disputa pela hegemonia e ter ciência dessa parcialidade da visão burguesa permite que tomemos ciência desses problemas.

Considerações finais

Ao longo do texto buscamos evidenciar como, no início dos anos 2000, a educação financeira emergiu como uma estratégia do capital para a adaptação psicofísica do trabalhador às relações de produção capitalistas do tempo presente. Essa nova configuração contou com uma expansão significativa do setor financeiro que passou a influenciar de forma contundente as tomadas de decisão no âmbito produtivo - o qual, continua sendo o espaço de produção do mais-valor, como defendido por Marx.

Para garantir a expansão de lucro das frações burguesas financeiras, um movimento em prol da inclusão financeira de toda população foi iniciado, assim como estratégias de educação financeira que deveriam orientar as pessoas a lidarem com esse novo mundo financeirizado que se apresentava. No Brasil, essa articulação resultou na elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Verificamos como a ENEF contribui para uma formação pautada em noções individualistas que deslocam toda a responsabilidade do desenvolvimento social para o trabalhador, desresponsabilizando Estado e capitalistas neste movimento. Não devemos desconsiderar que a ENEF foi elaborada num momento de avanço das políticas de austeridade no mundo. A adoção dessas medidas foi condição primordial para que os países pudessem desfrutar das transações financeiras em curso, sendo bem quistos pelas agências de risco, tão importantes para definir qual nação é ou não confiável, em meio ao crescimento desmedido da financeirização. Desta forma, a educação financeira propagada pela ENEF atua para e pela "sociedade de mercado", tão defendida pela ortodoxia neoliberal.

A elaboração de uma estratégia que visa difundir uma educação financeira que procura instruir os trabalhadores a se verem como investidores corrobora para um controle sobre a classe trabalhadora, incutindo nela uma subjetividade parametrizada pela racionalidade neoliberal, e fazendo-a se responsabilizar por questões estruturais, como na relação com o crédito. No entanto, não podemos enxergar o crédito como uma questão de escolha, mas, sim, como uma imposição. Na conjuntura atual, para conseguir o mínimo para seu fundo de vida, o trabalhador precisa consumir; e para consumir é imprescindível o crédito e com

o crédito vêm a dívida. Os discursos da educação financeira não enfrentam essas questões e apenas mistificam a realidade, buscando fazer com que as pessoas ativamente aceitem essas relações como resultado de suas escolhas.

Por este motivo, afirmamos que a educação financeira é uma ideologia que atua a fim de gerar um consenso em torno das mudanças estruturais que ocorreram no modo de produção capitalista, sendo fruto da reestruturação da educação, sob condução das frações burguesas empresariais, e do movimento de financeirização das camadas mais pobres. Assim, para aqueles que não consideram que ao trabalhador basta aceitar o papel que lhes cabe na ordem social vigente, designado pela classe dominante, atuando de maneira a garantir sua reprodução, se debruçar sobre a educação financeira, identificando a atuação hegemônica em torno do tema, é uma tarefa necessária.

Referências:

ALMEIDA, M. "Educação financeira nas escolas não distingue classe social nem ideologia", diz diretor do Sebrae Minas. **Bora Investir**. Online. 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/noticias/educacao-financeira-nas-escolas-nao-distingue-classe-social-nem-ideologia-diz-diretor-do-sebrae-minas/>. Acesso em 12/02/2024

BACEN. Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf.

BRASIL. Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, 2010, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm.

BRASIL. **O Programa**, 2017 Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa>. Acesso em 25/11/2022.

BRASIL. Ensino a Distância. s.d. Disponível em https://www.vidaedinheiro.gov.br/ead-novos-alunos/?doing_wp_cron=1670117649.9650731086730957031250. Acesso em 25/11/2022.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v.17, n .34, p. 53–76, 2017.

BRETTAS, T. **As bolsas, o crédito e os Fundos**: a financeirização do Ensino Superior no capitalismo dependente no Brasil. *Germinar: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 7-18, dez. 2019.

BRITTO, Reginaldo. **Educação Financeira**: uma pesquisa documental crítica. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ENGELS, F. **Carta a Franz Mehring** (em Berlin), 1982 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm> Acesso em 28/02/2024.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história, Brasil, EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Crise do capital, financeirização e educação. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.11, n.3, p. 328–347, 2019.

FORTE, C (Org). **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**: Em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riema, 2021. Disponível em <https://meubolsoemdia.com.br/pdf/ENEF-BR.pdf>. Acesso em 21/11/2022.

- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o estado e a política / Antonio Gramsci; tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- KONDER, L. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KRAWCZYK, N; OLIVEIRA, T. Quando a escola ensina a submissão financeira. **Outras Palavras**. Online. 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/quando-a-escola-ensina-a-submissao-financieira/>
- LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, G. Os roteiros de Gramsci e os desafios do século XII. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, n. 3, dez. 2018.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Transcrição "O Vermelho" 2003 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, 2007 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>. Acesso em 21/08/2023.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição - São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf Acesso em 21/09/2023
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010b.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. "OECD's Financial Education Project". In: **Financial Market Trends**, No. 87, October, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em 21/04/2023.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005. Disponível em: <https://prattein.com.br/wp-content/uploads/2020/02/OCDE-educao-financeira.pdf> Acesso em 20/01/2025
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD-IEFP Symposium on Financial Education**, 2009a. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/oecd-iefpsymposiumonfinancialeducation.htm>. Acesso em 21/04/2023
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Educación Financiera: Temas y Desafíos para América Latina**, 2009b. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/44264471.pdf>. Acesso em 19/04/2023.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **The Brazilian work on a National Strategy for Financial Education**, 2009c. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/44265293.pdf>. Acesso em 20/04/2023.
- RIBEIRO, R. **O endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.
- RIBEIRO, R; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, pp. 340-359, maio/ago. 2016.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, n. 66, p. 157-173, out./dez, 2017.

Notas

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4721586596364183> Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1542-3544> E-mail: pamellatmpsouza@gmail.com

² Doutor em Educação pelo PPGE-UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3879273506660211> Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7974-1711> E-mail: brunogawry@gmail.com

³ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/educacao-financeira-nas-escolas-ajuda-a-formar-jovens-conscientes>

⁴ Disponível em: <https://investalk.bb.com.br/noticias/quero-aprender/como-fazer-da-mesada-um-instrumento-de-educacao-financeira-para-criancas>

⁵ Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/a-importancia-da-educacao-financeira-para-prevenir-superendividamento,0048f80fe3f324d392b8f68f470843477ho595t5.html?utm_source=clipboard

⁶ Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/redebahia/conexao-bahia/noticia/nath-financas-fala-sobre-a-importancia-da-educacao-financeira.ghtml>

⁷ Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, criado pelo decreto 5.685 de 25 de janeiro de 2006.

⁸ Criado em 1952, é a associação dos bancos centrais de países da América Latina e Caribe. Seu estreitamento com o Banco Mundial, FMI e demais organizações é destacado na página inicial de seu sítio online (<https://www.cemla.org/acerca.html>), no qual afirmam que: "Desde sua fundação e atualmente, tem sido possível realizar projetos específicos com o patrocínio, tanto técnico quanto financeiro, de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação Ford, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (EUA), a Fundação Rockefeller e a Agência da Corporação Econômica do Governo Suíço. Além dos membros associados e colaboradores, outras organizações cooperam através do destacamento de membros de sua equipe técnica para dar palestras ou servir como consultores, tais como várias das instituições acima, o Banco de Compensações Internacionais, o Banco da Inglaterra e o Federal Reserve Bank of New York" (tradução nossa).

⁹ Essas entidades, conforme explicita o Bacen, "têm sua colaboração com o setor público favorecida para a consecução de objetivos de natureza social, como educação". Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf

¹⁰ Em Marx, a categoria estranhamento tem íntima relação com a alienação. Na sociedade cindida em classes, marcada pela propriedade privada e pela divisão do trabalho, à medida que o trabalhador se resume à mera mercadoria, sua miséria aumenta segundo sua própria produção (Marx, 2007).

¹¹ Tanto que no 18 de Brumário afirma que "não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos shopkeepers (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os toma representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam" (MARX, 2003, s.p.).

¹² Gramsci não foi o primeiro a trazer esta concepção para a ideologia. Uma das formulações mais célebres sobre este prisma é a obra "Que fazer?" de Lênin, publicada em 1902, que coloca em contraste a ideologia burguesa e a ideologia socialista.

¹³ Liguori (2018) destaca como no artigo *Wilson e os maximalistas russos*, Gramsci admite a possibilidade de ideologias burguesas - representada pelo presidente Wilson - e proletárias - representadas pelos bolcheviques.

¹⁴ Em consonância com este movimento, percebemos no Plano Diretor da ENEF um destaque para a Previdência Social que é significativo. Ainda que no Brasil a aposentadoria seja garantida pelo governo a partir das contribuições obrigatórias, os formuladores da estratégia nacional apregoam que "ações individuais" são necessárias para garantir

uma maior tranquilidade na velhice, e por isso uma previdência complementar - privada - seria tão relevante. É argumentado que “a formação de reservas para aposentadoria, no regime de previdência privada, de caráter facultativo e complementar, é cada vez mais relevante, contribuindo para elevação da taxa de poupança brasileira e, por conseguinte, para expansão do investimento” (Brasil, 2017, p. 17). Tal argumento está de acordo com a financeirização da previdência social, fomentando a previdência privada, que por sua vez deixa clara a relação deste intento estatal com a fomentação de determinados ativos financeiros.

Recebido em: 21 de jan. 2025

Aprovado em: 01 de abr. 2026